



ARTIGOS LIVRES

**A interpretação da catação de resíduos pelos catadores:
contribuições desde a sociologia interpretativa***The interpretation of waste picking by waste pickers: contributions from interpretative sociology***Débora Rinaldi¹**orcid.org/0000-0001-7006-5588dkleinrinaldi@gmail.com**Recebido em:** 08 jun. 2025.**Aprovado em:** 09 jun. 2025.**Publicado em:** 15 ago. 2025.

Resumo: O artigo investiga a interpretação que catadores de resíduos atribuem ao seu trabalho, a partir de uma abordagem sociológica interpretativa e biográfica. Com base em entrevistas narrativas realizadas entre 2016 e 2017, em Porto Alegre, e analisadas pelo método de reconstrução biográfica de caso, o estudo reconstrói as trajetórias de duas mulheres, Aline e Vanessa. Aline associa a catação à sobrevivência e ao consumo, enquanto Vanessa a percebe como meio de reconhecimento social. O trabalho revela como a legitimação da catação ocorre por meio de discursos sociais, experiências de vida e vínculos comunitários, contribuindo para a inserção e a permanência dos catadores no mercado da reciclagem. A análise destaca o papel dos grupos de catadores, das políticas públicas e da organização coletiva na construção simbólica da catação como prática profissional. A sociologia interpretativa se mostra valiosa para compreender os sentidos subjetivos atribuídos à reciclagem em contextos de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: catação de resíduos; reciclagem; sociologia interpretativa; pesquisa biográfica.

Abstract: This article investigates how waste pickers interpret their work, using an interpretative and biographical sociological approach. Based on narrative interviews conducted between 2016 and 2017 in Porto Alegre and analyzed through the method of biographical case reconstruction, the study reconstructs the life trajectories of two women, Aline and Vanessa. Aline associates waste picking with survival and consumption, while Vanessa sees it as a means of gaining social recognition. The study shows that the legitimation of waste picking occurs through social discourses, life experiences, and community ties, contributing to the inclusion and continuity of waste pickers in the recycling market. The analysis highlights the role of waste picker groups, public policies, and collective organization in the symbolic construction of waste picking as a professional practice. Interpretative sociology proves to be a valuable tool for understanding the subjective meanings attributed to recycling in contexts of social vulnerability.

Keywords: Waste Picking; Recycling; Interpretative Sociology; Biographical Research.

1 Introdução

O presente artigo é a tentativa de sistematizar as principais contribuições de um estudo biográfico realizado entre 2016 e 2018 com catadores de resíduos, na cidade de Porto Alegre, para o tema da reci-



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

clagem de resíduos no Brasil (Rinaldi 2018²). Os estudos sobre a reciclagem possuem um espaço consolidado na pesquisa sociológica brasileira, seja pela relevância ambiental, seja por sua importância socioeconômica. Destarte, a discussão realizada se debruça em cima desse "construto social" que é a reciclagem a partir da literatura recente sobre o tema, bem como com base no material empírico, coletado e analisado com métodos biográficos de pesquisa. Tendo buscado analisar com base em material empírico como os entrevistados compreendem e reproduzem a atividade nas suas trajetórias de vida, discuto de forma teórica o processo pelo qual a reciclagem se institucionaliza no Brasil. Em ambas as análises, tenho minha atenção voltada principalmente aos mecanismos sociais da legitimação, inerentes ao processo de institucionalização das práticas sociais e, com isso, da própria prática da catação.

Uma discussão que confere centralidade à produção social do conhecimento e seus mecanismos de legitimação configura uma novidade nas discussões sobre o tema. A originalidade nessa abordagem se dá, em especial, pelas contribuições teóricas auferidas desde a perspectiva sociológica interpretativa, em específico da sociologia do conhecimento social construtivista e da pesquisa biográfica interpretativa. Tal perspectiva nos possibilita compreender o mercado da reciclagem no Brasil como resultado de um processo histórico de institucionalização do conhecimento, que se constitui a partir do envolvimento de diferentes agentes e instituições – catadores, comerciantes, empresas, o Estado e a indústria – e suas distintas possibilidades de atuação neste mercado.

O estudo que endossa o presente artigo foi realizado entre 2016 e 2018 na cidade de Porto Alegre, no contexto de um projeto de mestrado (Rinaldi 2018). Nesse estudo, propus-me compreender e explicar a interpretação de catadores de resíduos sobre o seu trabalho desde uma abordagem sociológica interpretativa e biográfica, que tem a experiência como ponto de partida da

análise. Para tanto, foram realizadas entrevistas narrativas biográficas (Schütze 1983) com catadores e catadoras, as quais foram analisadas a partir do método de reconstrução biográfica de caso (Rosenthal 2014). Ao todo, duas biografias puderam ser reconstruídas, dando origem a dois tipos diferentes de interpretação sobre a catação.

Dito isso, a discussão segue organizada da seguinte forma: depois desta introdução, discorro na segunda seção sobre o processo de institucionalização da reciclagem no Brasil e os sentidos atribuídos pelos catadores a sua atividade; na terceira seção, trago detalhes da pesquisa empírica; na quarta, apresento os principais resultados obtidos, discutindo os resultados encontrados contrastando suas semelhanças e diferenças; por fim, teço na quinta seção algumas considerações a respeito das contribuições do estudo para o tema da reciclagem, ponderando como o prisma social construtivista e interpretativo nos ajuda a compreender esse fenômeno.

2 Uma abordagem interpretativa da reciclagem no Brasil

A sociologia interpretativa é uma tradição sociológica que une inúmeras abordagens, como, por exemplo, a hermenêutica, o interacionismo simbólico, a sociologia do conhecimento social construtivista, a etnometodologia, entre outras. Como o próprio nome já indica, é o interesse pela "interpretação" que une todas essas diferentes abordagens, sendo ela tanto objeto de estudo dessa sociologia quanto método da prática sociológica. A partir desse princípio primordial foi que realizei minha pesquisa de mestrado sobre a interpretação da catação de resíduos pelos catadores, buscando, primeiramente, conhecer essa interpretação e explicar de que forma ela foi se desenvolvendo ao longo da trajetória biográfica dos entrevistados, para num segundo momento discutir como essa interpretação coincide com aquilo que sabemos sobre essa temática no Brasil.

Como teria se originado e desenvolvido, portanto, o trabalho com resíduos destinados à

² O presente trabalho foi realizado entre 2016 e 2018, com bolsa de mestrado do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

reciclagem no Brasil e o que dizem os catadores de rua sobre essa atividade? Os catadores de resíduos são atores sociais conhecidos das cidades brasileiras, presentes, desde longa data, nas grandes metrópoles, em pequenas e médias cidades. Entendo os catadores de resíduos como atores sociais, cujas atividades datam do século XIX, percorrendo todo o processo de urbanização do País (Benvindo 2010; Silva et al. 2013). Aos catadores, são atribuídas, de forma geral, as atividades de catar, separar, transportar, armazenar e vender os resíduos (Silva et al. 2013). Devido à presença histórica dos catadores, a literatura brasileira que se ocupa dessa temática lhes confere um papel fundamental na valorização do que, até o final do século XX, ainda se entendia como "lixo", isto é, algo em princípio sem valor, aquilo que se descarta (Benvindo 2010; Silva et al. 2013). Atendendo à importância dessa mudança de sentido que se dá hoje ao que antes se entendia por "lixo", uso de forma consciente nesta pesquisa os termos "resíduo" e "catador de resíduos"³.

No percorrer do processo histórico de sua atividade, a forma como esse trabalhador se autodenomina ou é denominado por terceiros apresenta mudanças. Se por volta da década de 1940 encontrávamos termos como "trapeiro", nas de 1980 a 2000 as expressões mais utilizadas eram "papeleiro", "lixeiro", "carroceiro" ou "carrinheiro". Essa mudança pode ser claramente observada nos diferentes termos usados, por exemplo, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seus levantamentos para o Censo: em 1991, o IBGE adotava o termo pejorativo "lixeiro"; já em 2000, passou a aplicar a classificação "catador de sucata"; em 2010, a adotar a expressão "coletores de lixo" – utilizada até os dias atuais. De forma geral, parece-me possível reconhecer a presença de um padrão de mudança de significado, que busca a valorização do catador, fazendo uso de eufemismos em detrimento de termos pejorativos. Especialmente o termo "reciclador", muito empregado no meio acadêmico e no senso co-

mun, demonstra refletir a busca por valorização dos catadores à medida que faz referência ao mercado da reciclagem⁴. Dessa maneira, entendo, bem como outros estudiosos no assunto, que o termo "catador" carrega em si um significado político, que traduz, em grande medida, a busca por reconhecimento e pelo direito de exploração desse mercado pelos catadores. Outro exemplo da influência de práticas políticas em prol da valorização dos catadores é a inclusão da atividade do trabalho da catação e da seleção de resíduos em 2002 na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), subordinando-os a um termo mais amplo: "Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável" (Brasil 2017)⁵.

Desde a perspectiva teórica da sociologia social construtivista (Berger e Luckmann 2014), a reciclagem de resíduos pode ser compreendida como uma construção social, um "artefato socio-cultural" criado por muitas mãos e que, por sua qualidade "sociocultural", apresenta contornos muito específicos, a depender da sociedade na qual se desenvolve historicamente. Dois aspectos ganham centralidade ao falarmos da reciclagem desde a perspectiva sociológica, aqui, proposta: a institucionalização e a legitimação.

No que corresponde ao processo histórico da institucionalização e legitimação da reciclagem no Brasil, é possível observar como essa ganha, primeiramente, relevância socioeconômica, para somente mais tarde passar a fazer parte do debate político sobre a proteção ambiental. Com o crescimento exponencial da geração de resíduos, ocasionado pela industrialização do País no final do século XIX e início do século XX, somado ao surgimento de novas tecnologias que possibilitassem o seu reaproveitamento, diferentes personagens, em diferentes momentos, passaram a compor o mercado da reciclagem. Quando, por volta de 1896, já encontrávamos os primeiros registros da coleta privada de resíduos realizada por um grupo de homens que ganhavam a vida com coleta, separação e venda do lixo na cidade

³ "Resíduo" é um conceito técnico que surgiu no final do século XX com o intuito de substituir o termo "lixo", dando-lhe novo valor comercial e cultural.

⁴ Para exemplos de estudos que abordam o *status* de catadores como recicladores, ver Michelotti (2006).

⁵ Para mais detalhes, ver Brasil (2017).

de Sapucaia, no Rio de Janeiro (Benvindo 2010), iniciava-se, também, em algumas grandes cidades brasileiras, a coleta domiciliar de lixo, firmada através de contratos entre o poder público e empresas privadas (Miziara 2008).

No início do século XX, o papel demonstrava ser um dos materiais mais importantes para a prática da reciclagem no Brasil (Dias 2002). Atualmente, encontramos uma série de processos e métodos técnicos que possibilitam o reaproveitamento de todo o tipo de material, desde o alumínio até aquele sobrando na construção civil. A aplicação do conhecimento especializado e técnico foi o que impulsionou, consequentemente, a mudança de compreensão do “lixo” para “resíduo”.

Nesse processo de constituição do mercado da reciclagem, foram, portanto, os catadores de rua, os comerciantes e a indústria os primeiros a identificarem as vantagens econômicas no reaproveitamento do lixo. O Estado, por sua vez, era aquele que assumia o ônus desse processo, tendo que dispor de recursos para oferecer soluções ao problema do acúmulo do lixo e às ameaças que esse representava, como sujeira, desorganização e doenças (Miziara 2008). Os conflitos em torno do “direito” de participação no mercado da reciclagem se intensificaram fortemente a partir da década de 1980, quando a reciclagem ganhou força globalmente (Baptista 2003). No caso brasileiro, é possível observar que um maior envolvimento do Estado em relação à reciclagem ocorreu somente, e de forma gradativa, após acordos internacionais assumidos pelo País em Conferências como a Cúpula da Terra em 1992 e a Rio+20 em 2002, entre outros. No plano jurídico, a mais importante consequência dessa mudança de postura configura a promulgação da Lei n. 12.305, que institui o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (Brasil 2010). Essa lei formaliza a cadeia da reciclagem, identificando e responsabilizando todos os agentes nela envolvidos: os geradores dos resíduos (indústria e consumidores), os catadores, o Estado, os

comerciantes, a indústria do reaproveitamento. Da sua formulação participaram, além de parlamentares e técnicos, integrantes do Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR), os quais exigiam a integração de catadores no ciclo da reciclagem (Campani 2016).

Embora muitos municípios brasileiros, como Porto Alegre, já tivessem introduzido a coleta seletiva⁶ antes de 2010, o Plano Nacional de Resíduos vinha fortalecer nacionalmente a implementação de um serviço de coleta domiciliar condizente com a necessidade da indústria da transformação. De 5570 municípios no Brasil, somente 1227 realizavam, em 2018, coleta seletiva, ou seja, 22% do total (Cempre 2018).

No que concerne, porém, às vantagens econômicas da reciclagem, a indústria vem se beneficiando economicamente desse nicho, visto que, ao considerarmos a cadeia de valor da reciclagem, com todos os envolvidos – a indústria, os comerciantes, atravessadores, empresas, associações, cooperativas de catadores, catadores individuais e o Estado –, é a indústria que apresenta maior poder de barganha, ao conseguir determinar, num cenário de poucos compradores mas muitos fornecedores, o valor da matéria-prima coletada e vendida pelos agentes que atuam mais no início da cadeia (Silva 2017). Assim como outros autores (Dias 2002; Silva 2017), considero, portanto, que, quanto mais próximo da indústria os agentes se encontram na cadeia de valor da reciclagem, maiores são seus rendimentos, sejam eles monetários ou simbólicos.

No nível simbólico, poderíamos considerar que o “direito” ou a “legitimação” de exploração do mercado da reciclagem aumenta à medida que indivíduos e grupos se aproximam dos moldes profissionais da organização do trabalho das sociedades modernas, tanto de forma prática como discursiva, e isso desde que assumam os rituais, os papéis sociais e o conhecimento especializado. Ao passo que se avizinham das práticas e ideias de profissionalização, eficiência, lucro ou proteção ao meio ambiente, esses indivíduos e grupos

⁶ A coleta seletiva corresponde à coleta de resíduos domiciliares, na qual a fonte geradora fica responsável pela separação e diferenciação adequada do resíduo antes de disponibilizá-lo à coleta.

passam a gozar de maior poder, garantindo sua permanência e aumentando suas chances de exploração deste mercado. É especialmente nesse nível de organização que se pode observar uma tendência por parte dos catadores de resíduos de reivindicar o reconhecimento do seu trabalho como profissão, bem como de assumir determinadas práticas de fechamento social, que consistem na tentativa de criminalizar, culpar e excluir catadores de rua do ciclo da reciclagem (Michelotti 2006; Oliveira 2010). Portanto, o direito de exploração dessa atividade demonstra estar diretamente relacionado à posse de determinado conhecimento e de determinadas práticas, bem como seu poder de legitimação perante aquela sociedade.

Embora a atividade da catação seja uma prática institucionalizada, apresentando padrões de menor ou maior nível de qualificação, sua participação no mercado da reciclagem, bem como na sociedade em geral, é ainda pouco valorizada (Dias 2002; Silva et al. 2013). Seu tímido reconhecimento social causa perplexidade se levarmos em consideração que os catadores eram, até anos recentes (década de 2010), responsáveis por mais de 90% dos resíduos reciclados no País (Silva et al. 2013). Como destaca Benvindo (2010, 71), historicamente, "não há reciclagem sem catador" no Brasil.

Para além do contexto social mais amplo, no qual os catadores estão inseridos, produzem e institucionalizam suas práticas, interessa, em especial, o significado subjetivo atribuído ao seu trabalho. Estudos que analisam a interpretação dos catadores sobre o seu trabalho não são os mais correntes, principalmente a partir da perspectiva biográfica. Além disso, alguns estudos de cunho biográfico acabam por reduzir sua análise a uma análise da trajetória profissional, não levando em consideração a biografia mais ampla. De forma geral, os estudos relacionados à interpretação ou percepção dos catadores sobre a catação evidenciaram que os catadores tendem a perceber a catação como um trabalho que lhes permite liberdade, autonomia, garantia de renda para si e sua família, flexibilidade, um trabalho

honesto, digno e lícito, que evoca sentimento de orgulho (Castro e Machado 2008; Costa 2008; Dias 2002; Medeiros e Macêdo 2006; Pereira 2010). No entanto, por outro lado, a catação pode significar para esses catadores sujeira, sofrimento físico, vergonha e insegurança em relação ao futuro. Em especial na sociologia, os estudos que abordam o tema da catação e dos catadores têm sua atenção prioritariamente voltada à formação e à organização de coletivos, contribuindo com discussões sobre valorização, reconhecimento social e "empoderamento" desses agentes (Michelotti 2006; Oliveira 2010).

No que tange ao tema do reconhecimento social, apresentou relevância tanto na literatura que discute a reciclagem no Brasil como na presente pesquisa. O conceito "reconhecimento social" foi amplamente discutido na sociologia, tendo sido introduzido, pela primeira vez, na filosofia pelo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel e adaptado na sociologia do século XX por autores como Nancy Fraser e Axel Honneth, para a compreensão das sociedades modernas. Em linhas gerais, pode-se compreender por *reconhecimento social* "a valorização positiva do indivíduo pelo seu ambiente social, a qual, por sua vez, fortalece a autoestima" (Hillmann 2007, 26, tradução nossa). O reconhecimento social possui uma função estabilizadora das relações sociais, uma vez que age como regulador do comportamento social baseado em normas. Nesse sentido, o comportamento socialmente aceito é recompensado, e o comportamento não aceito é punido. Embora os diferentes grupos sociais de uma sociedade pluralista compartilhem normas, sua aceitação ou refutação pode variar de grupo para grupo.

Ao serem compartilhadas, as práticas sociais recebem uma "embalagem" adicional, a qual não faz mais referência à prática em si, e sim a elementos exteriores a ela. Especialmente, os resultados da presente pesquisa me auxiliaram a compreender essas estratégias de forma empírica. Se, de maneira muito pragmática, o sentido da ação de catar é coletar e vender objetos de valor para cessar a fome e adquirir vestuário,

móveis e eletrodomésticos usados, a legitimação lhe dá um novo sentido: a reciclagem informal passa a ser compreendida como um meio de garantir a sobrevivência, uma prática ambiental, sustentável, empreendedora. Quanto maior o grau explicativo da "teoria" empregada, maior será seu poder de legitimação, ou seja, mais difícil será contestá-la.

Um exemplo emblemático desse tipo de resistência configura as disputas em torno do cumprimento da lei municipal n. 10.531, que prevê a proibição da circulação de carroças e carrinho na capital do Rio Grande do Sul (Porto Alegre 2024). Os catadores realizam a coleta dos resíduos na cidade, em especial com esses veículos, sendo eles os mais atingidos por essa lei, que ainda em 2016 deveria ter entrado em vigor. Desde então, ela já foi prorrogada diversas vezes pela Câmara de Vereadores, tendo o prazo de proibição dos veículos sido estendido pela última vez em dezembro de 2024 com previsão para o cumprimento da lei para dezembro de 2025. Apesar de práticas diversas aplicadas no intuito de excluí-los do ciclo da reciclagem, a permanência dos catadores na exploração desse mercado demonstra os efeitos dos mecanismos de legitimação aqui discutidos.

O grau explicativo não é, porém, nem o único nem o mais importante elemento da legitimação. Uma teoria não pode ser somente complexa e abrangente, ela tem que se tornar plausível social e biograficamente. Os resultados de pesquisa apresentados e discutidos a seguir evidenciam como os sujeitos instrumentalizam esse quadro de referência nos diferentes níveis de legitimação no intuito de garantir a sua participação na exploração desse mercado, com isso contribuindo na construção do mercado da reciclagem.

3 Metodologia de pesquisa

No presente estudo, meu interesse de pesquisa esteve voltado para a questão de como catadores de resíduos interpretam o trabalho da catação e como essa interpretação se constitui

biograficamente. As entrevistas foram realizadas entre 2016 e 2017, em Porto Alegre, com base no método de entrevistas narrativas biográficas e posteriormente analisadas com base no método de reconstrução biográficas de caso. No total, foram realizadas três entrevistas com pessoas que atuavam na catação: Aline, Antônio e Vanessa⁷ – todas bastante densas, com duração média de três horas cada. Normalmente, realizou-se mais de um encontro com cada entrevistado. Além das entrevistas, foram realizados *memos*, ou seja, protocolos dos encontros, em que constam informações como: local da entrevista; interação antes, durante e depois da realização da entrevista; dados da conversa; primeiras impressões sobre um possível interesse de apresentação do entrevistado. Essas informações serviram como subsídio para a análise das entrevistas.

O método de entrevista narrativa biográfica (Schütze 1983) aplicada aos três entrevistados foi realizada de forma aberta, permitindo que o entrevistado conduzisse e estruturasse o seu relato autonomamente. Primeiramente, foi-lhes solicitado que falassem sobre sua vida, contando tudo aquilo que desejassem, sem serem interrompidos; após o fim desse primeiro relato, com base nos temas trazidos por cada entrevistado, fui aprofundando o diálogo através de perguntas narrativas. Finalizada essa segunda etapa da entrevista, pude ainda falar sobre experiências não relatadas durante a entrevista, que pareciam, porém, pertinentes para o tema pesquisado.

Das três entrevistas, duas foram transcritas e reconstruídas com base no método de reconstrução biográfica de caso (Rosenthal 2014), a partir de quatro passos: análise dos dados biográficos, análise de texto e campo temático, reconstrução da história de vida vivenciada, contraste entre vida narrada e vivenciada. Esse método de análise se destaca pela possibilidade de diferenciarmos entre a interpretação e a experiência, à medida que reconstruímos a interpretação que o entrevistado tem de sua biografia (*vida narrada*) e as possíveis experiências biográficas realizadas no

⁷ Todos os nomes foram modificados de modo a proteger a identidade dos entrevistados.

passado (*vida vivenciada*). No que tange ao tema aqui analisado, as vantagens da aplicação de métodos biográficos interpretativos me parecem residir na compreensão do processo que deu origem à interpretação no presente, evidenciando as nuances desse processo, como veremos na próxima seção.

4 A interpretação da catação pelos catadores

Nesta seção, apresentarei o resultado das reconstruções biográficas e o tipo de interpretação identificado entre as entrevistadas. Posteriormente, discutirei os dois tipos, levando em consideração suas semelhanças e diferenças.

4.1 A catação como um meio de consumo: o caso de Aline

A primeira biografia reconstruída foi a de *Aline*, 26 anos, nascida e moradora da cidade de Porto Alegre. No momento da entrevista (em 2016), ela vivia com o marido e seus três filhos em uma vila⁸ com proximidade ao centro da cidade. Ela conta que a família se mantinha, sobretudo, com a renda provinda da reciclagem de resíduos e de programas governamentais de transferência de renda, como o Bolsa Família. Além disso, Aline havia participado de um curso de qualificação em costura, ofertado em um programa municipal que acompanhava catadores impactados pela lei que determinava o fim do uso de carrinhos e carroças nas ruas da cidade; a participação nesses cursos lhe garantia uma ajuda de custo mensal de um salário-mínimo. À época da entrevista, ela dividia com o marido e os filhos uma casa de madeira modular, de estrutura frágil, construída por ela e pelo marido. A casa contava com uma cozinha, dois quartos, sala de estar e área de serviço; tudo, de estrutura muito precária. Embora apresentasse água encanada, não havia saída para o sistema de canalização. A catação de rua era realizada com carroça e cavalo, pelo marido, enquanto Aline ficava responsável pela

separação e pelo empacotamento dos resíduos nos fundos de casa.

Quanto à sua história de vida, tem-se: nascida em 1990, em um bairro periférico da cidade, como a filha mais velha de cinco filhos. Embora tenha uma memória carinhosa do pai, no relato evidencia-se que ela tinha pouco contato com ele na infância. Em três anos, os pais tiveram três meninas. Segundo a entrevistada, o pai exercia a profissão de motorista de ônibus e caixeiro-viajante à época do seu nascimento, sendo trabalhador assalariado. Já a mãe era, ao que tudo indica, dona de casa. Em 1994, os pais se separaram e a vida financeira da família visivelmente piorou. Foi nesse período, ela conta, que começou a sair com a mãe e as irmãs para mendigar no semáforo. Após a separação dos pais, a mãe iniciou uma nova relação, e teve mais dois filhos. À medida que Aline foi crescendo, as irmãs e ela saíam junto com os filhos do padrasto, que eram mais velhos, para mendigar. Quando voltavam para casa sem nenhum valor, ela conta, a mãe batia nas crianças – de modo que voltar para casa sem nada não era uma opção. Como filha primogênita, a entrevistada conta que teve de assumir os cuidados dos irmãos tanto na rua quanto em casa.

A experiência com a mãe foi marcada por um grande distanciamento e por diversas experiências de desrespeito através de práticas de rejeição, exploração, isolamento, ridicularização, não transferência de apoio emocional e afeição. Além do contexto social de extrema pobreza, Aline conta ter vivenciado diversas formas de privação praticadas pela mãe: privação escolar (iniciou a vida escolar aos 12 anos de idade), privação ao lazer (a mãe deixava os filhos trancados em casa e Aline precisava desde cedo cuidar das irmãs) e privação ao alimento (ela conta que a mãe chaveava a geladeira e fornecia aos filhos os alimentos de pior qualidade). Tais práticas apresentaram importantes consequências para a autoestima, bem como para o sentimento de reconhecimento.

⁸ Em Porto Alegre, designa-se "vila" um aglomerado de casas de estrutura simples, até precária, formado, geralmente, por moradores de baixa renda. Em outras cidades do Brasil, esses locais são designados como "favelas" ou "comunidades".

Aos oito anos, Aline conta, teve que acompanhar a mãe na catação. A primeira experiência na reciclagem foi apresentada de maneira negativa: de um lado, ela relata esse primeiro catar como precário (tinham que se alimentar dos restos que encontravam no lixo); de outro, verbaliza as imposições e agressões da mãe durante a atividade. Esta primeira experiência é apresentada da seguinte forma:

[...] a primeira vez que eu sai pra catar, é deixa eu ver se eu consigo te mostrar [barulho de zíper abrindo] a marca que ela fez na gente, aqui isso aqui, isso aqui é tudo os carrinhos que ela tava na gente, os carrinhos de supermercado, esses carrinhos que tu vai no supermercado, ela tava na perna da gente, ela me jogou em cima de um saco de lixo [...], porque eu não queria mexer no lixo eu disse 'ai tem lixo' ela disse 'não tu vai catar' e me jogou e ali tinha um vidro e eu me cortei [...] (Aline 2016⁹).

Quando Aline chegou na adolescência, buscou formas de reconhecimento social na relação com os meninos, no consumo de maconha e numa preferência por roupas de marca. Aline conheceu o pai do seu futuro filho na escola e começou, com ele e outros amigos, a fumar maconha. Ela diz que eles eram "metidos a playboy" e iam até um lugar movimentado da cidade para fumar maconha. Antes do namorado, Aline conta ter presenciado a venda e o uso de entorpecentes na própria rua (*beco*), uma vez que ali havia atividade do tráfico. Também a mãe usava "loló" (cola de sapateiro) em casa, além do abuso de bebida alcoólica. Dessa forma, o seu contato com substâncias químicas iniciou cedo. Ela conta ter tomado consciência do uso de "loló" pela mãe aos 13 anos de idade. Além de ter começado a fumar maconha "seguindo a onda" dos meninos, ela relata que sempre gostou, desde a adolescência, de roupas e tênis de marca, como Nike. Ela diz na entrevista que era "uma patricinha pobre". Todos esses elementos me parecem indicar a busca por ascensão social, ou seja, o desejo de emergir socialmente de uma posição que lhe dava pouco

prestígio para outra, na qual o reconhecimento no seu meio social era possível.

Aos 15 anos, Aline engravidou do seu namorado. Meses depois, ela conta, ele foi preso, suspeito de participação no tráfico de drogas. Nesse contexto, ela precisou fugir com a mãe e os irmãos para uma vila perto do centro da cidade. Em razão da mudança de localidade e possivelmente em razão da própria gravidez, ela saiu da escola, tendo concluído a quarta série do ensino fundamental. A nova vila possuía, na época, praticamente nenhuma infraestrutura, uma vez que estava em processo de formação. Terrenos vazios, no fundo de imóveis industriais, iam sendo aos poucos ocupados por novos moradores, entre eles catadores de resíduos. Aline seguiu morando com a mãe e os irmãos. Ela continua relatando situações de maus-tratos, como a privação alimentar e atos de agressão. Após uma tentativa de arrombar a geladeira da mãe, Aline foi expulsa de casa com o seu filho recém-nascido. Quando saiu da casa da mãe, Aline conta ter tido que comer comida do lixo para manter-se. Realizava alguns bicos na área da limpeza. Na sequência, ela conta que foi acolhida por uma vizinha, mãe de um amigo e dona de galpão¹⁰. Nesse contexto, ela começou a trabalhar na triagem de resíduos. Com essa aproximação, ela conta que passou a desenvolver um "afeto" pelo amigo e assim os dois se tornam em pouco tempo um casal. A entrevistada conta que a mãe do então namorado era uma grande dona de galpão, gozando de *status* na vila, antes de ter perdido tudo após a morte do marido e de um filho. Seguindo o padrão de comportamento que Aline demonstrou apresentar até ali, é possível observar como mais uma vez ela se filia a alguém que de alguma forma lhe traz *status* e reconhecimento social.

Dessa forma, foi no contato com a família do namorado, mas também com outros recicladores que exerciam a atividade na vila, que Aline demonstra ter mudado a sua percepção sobre

⁹ Débora Rinaldi, entrevista da autora, Porto Alegre, 8 de setembro de 2016.

¹⁰ Galpões de resíduos são negócios, geralmente de pequeno porte, que trabalham na coleta, triagem e venda de resíduos em diversos bairros da cidade de Porto Alegre. São geralmente administrados informalmente e realizam a coleta dos resíduos de forma autônoma ou trabalhando com catadores de rua. Alguns galpões alugam carrinhos para catadores, estabelecendo diferentes relações de trabalho.

a reciclagem. Por situar-se num bairro próximo ao centro e de muitos comércios e residências, o trabalho da catação era praticado nessa região com intensidade e de forma promissora. Aline conta que muitas famílias viviam da atividade nesse período. Nesse sentido, argumento que a mudança para a referida vila e o convívio com os moradores, e a família do namorado, possibilitaram um ponto de inflexão interpretativo¹¹ sobre a catação, assim como indica a seguinte passagem:

[...] eu tive o gosto [catação] aí eu vim para cá, aqui todo mundo catava lixo e eu não tinha de onde tirar dinheiro para comprar leite para o meu filho, falei 'bá eu já catei lixo uma vez' aí eu olhava para o meu corpo disse 'já tenho um monte de marca que saia para catar lixo eu vou catar lixo vou ganhar dinheiro para mim sustentar meu filho [...]' (Aline 2016).

O que antes era apresentado como uma imposição demonstrava ter ganhado o significado de possibilidade com vias a sanar o problema da sobrevivência. Na sua fala, fica clara a influência do contexto social para esse novo entendimento em torno da atividade. Em outras passagens, Aline conta que vivenciava como as pessoas tendo êxito com esse trabalho, diferentemente da experiência que tivera com a mãe. A transição da "imposição para a possibilidade" demarca, assim, um importante ponto de inflexão interpretativo sobre a catação na biografia de Aline. Assim como a sobrevivência, o *status* social alcançado através da relação com o novo companheiro e o reconhecimento da atividade entre os catadores possivelmente foram os fatores principais responsáveis por essa transformação.

Essa aproximação com a atividade da reciclagem coincide, entretanto, com um processo gradativo de abuso de drogas (*crack*) por ela e o companheiro, que culminou na perda da guarda dos filhos. O processo de consumo de drogas que levou ao abuso de *crack* aparenta ter iniciado entre 16 e 17 anos e se estendido de forma crítica até os 21 ou 22 anos. Aos 19 anos,

Aline teve a sua segunda filha. As atividades como pedinte continuaram sendo praticadas – demarcando um distanciamento da reciclagem; nesse contexto de mendicância na presença dos filhos e de abuso de *crack*, Aline foi abordada por um grupo de assistentes sociais, vindo a perder a guarda dos filhos.

Após o acolhimento dos filhos, Aline começou a ser acompanhada por uma equipe da Assistência Social e a receber o benefício do Bolsa Família. Durante os quase quatro anos de acolhimento, Aline verbaliza ter visitado os filhos todas as semanas e pleiteado intensamente o seu retorno. Ela tinha que apresentar regularmente exames de urina para provar que não estava usando mais substâncias, além de receber visitas constantes dos assistentes sociais, que ajudaram a família a criar as condições necessárias para o retorno dos filhos. Desde então, Aline vivia sob o constante controle das suas "capacidades maternas", seja pelo Estado, seja pelo seu meio social mais próximo.

Durante o processo de retorno dos filhos, Aline ficou grávida, em 2010, de sua terceira filha, a qual veio a falecer dois dias após o nascimento – ao que tudo indica, em função de malformação do tubo neural, chamada "anencefalia". Ela realiza, portanto, diversas experiências de luto em relação aos filhos. Dois anos depois, em 2012, nasceu sua quarta filha, com a qual Aline somente pôde ficar devido ao apoio das assistentes sociais, que atestaram o seu desenvolvimento positivo, bem como ao ato da sogra de assumir a guarda da neta. Foi nesse processo de recuperação da guarda dos filhos que a reciclagem começou a ganhar força na sua trajetória.

Ela e o marido começaram a realizar a atividade de forma sistemática, apresentando uma divisão bastante clara do trabalho: enquanto ele assumia a maior parte das atividades como coleta e venda, Aline mostrava-se responsável pela triagem, assumindo um papel mais auxiliar. Além do acesso à renda através da venda de

¹¹ Segundo Fischer (1978), pontos de inflexão interpretativos correspondem a mudanças na biografia do sujeito, ocasionadas por algum novo acontecimento, como uma mudança de moradia, o falecimento ou o nascimento de alguém, o descobrimento de uma doença, o surgimento de um novo discurso ou modismo, entre outros. Essa reinterpretação do passado acaba acarretando mudanças na forma de interpretar o presente e o futuro.

resíduos, Aline fala da catação como uma forma de mobiliar a casa:

[...] tudo que eu tenho dentro da minha casa, tudo é do lixo, [...] a caminha é do lixo [...] eles têm bicicletas guardadas que eles ganharam, que meu marido ganhou na reciclagem, na rua [...] a televisão foi ganhado, foi ganhado a cama, o vizinho deu esse colchão aqui ó, ele tá bem novinho [...] e as minha roupas tudo é do lixo [...] esse tapete também é do lixo você olha esses tapete que tu olha e diz ah mas a Aline comprou dos biscate não [...] é do lixo, é lá do lixão da frente eu vou lá pego dou uma catada quando eu vou na creche, passo dou uma olhada vejo e se tá bom levo para casa e lavo [...] (Aline 2016).

Embora existissem muitos catadores e até diferentes associações de reciclagem em seu bairro de moradia, ela e o marido demonstraram trabalhar de forma solitária, sem a participação em qualquer coletivo. Ao longo do processo de recuperação da guarda dos filhos, melhorar as condições de moradia havia se tornado uma ação necessária para tê-los de volta. Por volta de 2012, os filhos começaram a visitar a casa dos pais, retornando gradativamente ao convívio familiar. Na época da entrevista, em 2016, Aline vivia com seus três filhos, dos quais já possuía a guarda total. Ela e o marido trabalhavam ainda na reciclagem, além de receberem o benefício do Bolsa Família e serem acompanhados pela mesma instituição de Assistência Social, cujos profissionais a haviam convidado para se tornar educadora social da sua vila e região de moradia.

Embora sua fala sobre a catação tenha se apresentado de forma positiva ao longo de toda a entrevista, fica evidente que a catação não significa para ela identidade, realização pessoal ou até mesmo proteção ao meio ambiente - um discurso já bastante presente entre catadores; representa, sim, especialmente, *meio para consumo*, seja através da renda, seja pela disponibilização de móveis e eletrodomésticos. Quando nos encaminhávamos para o final da entrevista, ela disse sentir vergonha de trabalhar na catação, associando-a ao seu momento presente:

[...] **A:** eu gosto muito quando ele [marido] traz, não gosto de sair catando na rua. **E:** tu não gosta... **A:** ah, ah [negativa], eu tenho vergonha, depois de uns tempos para cá eu fiquei com vergonha [tom mais baixo], antes eu gostava, vamos sair de carroça, vamos, é comigo mesmo, [animada] [...] depois não quis mais [falando mais baixo e sério], depois eu fiquei com vergonha, [sério] e hoje eu tenho vergonha, [tom baixo] [...] (Aline 2016).

Com base na ideia "depois de uns tempos para cá eu fiquei com vergonha", é possível inferir que esse sentimento de vergonha em relação à atividade da catação estivesse associado à época da entrevista à possibilidade de se tornar educadora social, aspirando uma mudança de *status* e reconhecimento social na comunidade. Essa postura de rejeição em relação à catação associada ao sentido totalmente instrumental como meio para consumo que ela relaciona a essa atividade demonstra os múltiplos sentidos que a catação pode ter para aquele que a prática, diferenciando-se ainda do caso que conheceremos agora, na sequência.

4.2 A catação como uma forma de reconhecimento social: o caso de Vanessa

Partindo agora para a segunda reconstrução biográfica, gostaria de contextualizar, primeiramente, a situação de entrevista com *Vanessa*. A entrevista foi conduzida no seu domicílio por outra pesquisadora, no contexto de uma pesquisa sobre remoções compulsórias, tendo ocorrido nos primeiros meses do ano de 2016, com uma duração de quase uma hora.

À época da entrevista, Vanessa morava há mais ou menos cinco anos num condomínio de casas populares, em Porto Alegre. As casas eram de alvenaria, tendo sido construídas uma ao lado da outra. Uma longa rua asfaltada cruzava o condomínio de ponta a ponta. A entrevistada tinha 26 anos e morava com o marido e seu filho de quatro anos. Na casa da frente, moravam a mãe e uma irmã; os demais irmãos viviam também no condomínio, porém mais afastados. Também Vanessa fala de forma positiva sobre a reciclagem durante toda a entrevista. À época da entrevista,

ela trabalhava em uma unidade de triagem¹², localizada dentro do condomínio e que atuava em parceria com o município.

No que corresponde a sua história de vida, Vanessa nasceu, assim como Aline, em 1990, na zona leste de Porto Alegre. Vanessa foi a primeira entre cinco filhos; todos nascidos de 1990 a 1999, ou seja, num período que compreende nove anos. Tudo indica que os pais, à época de seu nascimento, pertenciam à massa trabalhadora urbana, que abrangia desde os trabalhadores da classe média baixa até os operários e os trabalhadores autônomos (Quadros 2003). Uma prova disso é que, após a morte do pai, a mãe teve direito a pensão, o que indica que o pai exercia trabalho formalizado, com carteira de trabalho e/ou contribuía para a Previdência Social.

Ela fala de uma infância de afeto e proximidade em relação aos pais. Quando Vanessa completou nove anos de idade, seu pai faleceu. A morte do pai aparece em sua biografia como um divisor de águas, uma vez que a família perdeu um importante integrante familiar, tanto no âmbito afetivo como econômico:

[...] bah! Foi uma coisa bem difícil sabe, perda de pai, uma pessoa que, tu desmorona, teu mundo, no momento, em que tu tem tudo e aí daqui há pouco, tu não tem nada, meu pai não deixava, meu pai era aquele tipo de homem que não deixava faltar nada, nunca faltou nada, a gente foi sentir dificuldade na ausência, quando ele morreu [...] (Vanessa 2016¹³).

Muitas mudanças ocorreram depois de sua morte. A mãe entrou em processo de depressão, que lhe impossibilitou, durante um tempo, cuidar dos filhos. Vanessa conta que a mãe passou a fumar e tinha dificuldade de interagir. Nessa fase do luto familiar, Vanessa demonstrou ter sido fundamental para o funcionamento da família, uma vez que ela foi o apoio emocional da mãe, incentivando-a a voltar a realizar as tarefas do dia a dia. Como o pai era o principal provedor familiar, a situação econômica da família se agravava dia após dia. A mãe passou a vender móveis e eletrodomésticos para manter os filhos; come-

çou também a fazer pastel e outros lanches por iniciativa de Vanessa, que saía, aos dez anos de idade, para vendê-los.

Tudo indica que, nesse período, Vanessa começou a ter dificuldade de manter-se na escola, a qual ela iniciou com idade regular, aos seis anos. Sua fala sobre o período escolar não é clara: ela diz que ia à escola pela manhã, e à tarde visitava oficinas de arte e educação, além de ajudar a mãe com a venda dos lanches. Esse fato demonstra que certas políticas sociais eram executadas no seu lugar de moradia. Além dos lanches, Vanessa vendia os panos de prato que pintava nas oficinas.

A relação com os irmãos é retratada por Vanessa de forma positiva. Os irmãos começaram a aparecer nas suas vivências após a morte do pai. Nessa fase, ela ajudava a mãe a cuidar dos irmãos, aparentando assumir, por um lado, responsabilidades atribuídas tipicamente aos filhos mais velhos de uma família e, por outro lado, em certa medida, práticas que vão além desse papel, como tornar-se por um tempo a principal provedora da renda familiar.

No ano 2000, a mãe vendeu a casa da família e se mudou para o centro da cidade. Parecem ter sido muitos os fatores que levaram à mudança: a perda do poder aquisitivo da família, o desejo da família extensa em retirar de sua mãe a guarda dos filhos, o surgimento de um novo parceiro na vida da mãe. Com a venda da casa, a mãe acabou adquirindo uma nova moradia, de condição inferior, construída em um terreno público, com infraestrutura precária e ameaçada por ordem de remoção ou despejo. Nesse sentido, é possível observar a situação de vulnerabilidade social na qual a família se encontrava, marcada, entre outros fatores, pela insegurança alimentar e de moradia. A mudança de moradia parece ter sido vivenciada como um choque de realidade, como demonstra a seguinte passagem:

[...] acho que a trajetória mais difícil foi a mudança de um jeito de tu vê uma vila que nem lá onde eu morava, era tudo asfaltado, pra um

¹² Unidades de triagem são centros de separação de resíduos fornecidos através da coleta seletiva municipal.

¹³ Naida Menezes, entrevista da autora, Porto Alegre, 7 de abril de 2016.

lugar em que tu não conhecia ninguém, tu não sabia o que tu ia fazer, tipo isso, então, foi bem difícil, foi um susto, assim, de mundos diferentes, chegando lá, tu via aquele mundaréu de gente drogada, usavam loló, aquela função toda [...] (Vanessa 2016).

O ano em que ocorreu a primeira experiência de Vanessa na catação é incerto, mas tudo indica ter sido em 2000, após a mudança da família para o centro. Tal fato parece estar ligado ao agravamento gradativo da situação financeira da família após a morte do pai: de uma situação de pobreza para uma situação de extrema pobreza. Por ser a catação uma atividade de baixos *status* e reconhecimento social na sociedade em geral, é possível sustentar que Vanessa e sua família passaram somente a praticá-la à medida que suas opções de renda foram diminuindo, mesmo que possam ter sentido constrangimento. As seguintes passagens ilustram esse início:

[...] minha mãe comprou um lugar pra nós morar ali e nisso acabou eu vendo a minha mãe chorar. Um dia de noite acabei saindo e comecei a puxá carrinho com, sabe, eu tinha dez anos, daí comecei a puxá carrinho e no outro dia pedi pra um dono de um depósito um carrinho emprestado pra mim. Daí eu tinha meu irmão pequeno o [...], ele tinha dois anos e a irmã com cinco ou seis anos [...] eu comecei a puxá carrinho aí e a gente viu que não passava dificuldade, tinha as madrinha que ajudavam, eu comecei a puxar e a minha mãe escolhia, que na época a minha mãe ficou na última da depressão, daí eu me, eu não tive a minha infância foi, eu não tive infância assim de ter boneca essas coisa, eu me privava pra dá pros meus irmãos, como eu era mais velha, eu me privei de muita coisa, nem brincar eu brincava, ali, corria, mas de coisa, assim, eu tive, fui bem privada, entendeu [...] (Vanessa 2016).

Pode-se observar, portanto, que a situação de escassez de recursos da família fez com que Vanessa tomasse a decisão de trabalhar na catação aos dez anos de idade. Ao que tudo indica, nem o pai nem a mãe possuíam histórico de trabalho na reciclagem. Enquanto Vanessa era responsável pela coleta do material, a mãe trabalhava na triagem, que provavelmente ocorria no pátio de casa. Vanessa costumava levar também seus irmãos menores para o trabalho.

Assim como vimos no caso de Aline, a família de Vanessa vivia tanto da coleta e da venda dos resíduos como de presentes que recebia na rua das chamadas “madrinhas”. Apesar da situação de extrema pobreza, Vanessa não fala de experiências de mendicância – diferentemente do que vimos no caso de Aline.

Vanessa fala de forma positiva sobre a sua primeira experiência na catação. Embora a situação e o contexto familiar fossem negativos, a catação é apresentada como uma forma de solucionar o problema da falta de alimento. Além da necessidade, considero que os moradores da vila foram importantes para que Vanessa e a família passassem a atuar na atividade, tendo certo sucesso. A nova vila de moradia foi muito conhecida pela intensa atividade dos seus moradores na reciclagem, de forma individual ou coletiva. Esse fato pode ter levado à “normalização” e à legitimação da catação na experiência de Vanessa à época, uma vez que a atividade gozava de certo reconhecimento social na vila. Com o passar do tempo, Vanessa e a família conseguiram formar uma rede de fornecedores de resíduos e colaboradores, construindo, no médio prazo, um pequeno arranjo familiar de trabalho na reciclagem, envolvendo Vanessa, a mãe e os irmãos.

Na adolescência, Vanessa continuou trabalhando na catação. Embora verbalize ter sido motivada pela mãe a nunca ter parado de estudar, deixou a escola aos 17 anos, tendo concluído o sexto ano do ensino fundamental. Aos 18 anos, em 2008, começou a trabalhar à noite em uma cooperativa que prestava serviços de limpeza, conciliando a catação com o trabalho assalariado. Vale destacar que ela não deixou a catação, saindo para coletar com os irmãos durante o dia e trabalhando na cooperativa à noite.

O local de moradia de Vanessa era conhecido na cidade pelos frequentes incêndios, até então de baixas proporções. Em 2009, porém, ocorreu um incêndio de maior escala, deixando em torno de 35 famílias desabrigadas¹⁴, dentre elas, a

¹⁴ Informações obtidas pelos veículos de comunicação da época.

família de Vanessa. Ela conta que eles perderam todos os seus bens materiais e, por pouco, os irmãos não perderam a vida.

Após o incêndio, deu-se início a um processo de remoção compulsória dos moradores, que não ocorreu, entretanto, sem a sua resistência, pois alegavam que iriam perder a rotina laboral ali construída. Este foi o caso de muitos recicladores, que temiam perder seus fornecedores de resíduos. Depois de três anos de negociação, a Prefeitura de Porto Alegre realizou a construção de um loteamento de casas populares, localizado na zona norte da cidade, para onde os moradores foram transferidos no ano de 2011. Para Vanessa, a remoção foi experimentada como uma mescla de medo pelo desconhecido e de alegria e satisfação por voltar a ter uma casa de boa estrutura e ruas asfaltadas.

Após 15 dias no novo endereço, Vanessa recebeu um convite para trabalhar em uma unidade triagem localizada no loteamento. Essa unidade faz parte das 17 unidades de triagem fundadas em Porto Alegre por coletivos de catadores e que se encontravam, à época da entrevista, conveniadas com a Prefeitura, prestando serviço de seleção e venda dos resíduos trazidos pela coleta seletiva. Vanessa diz que, como já trabalhava com reciclagem, aceitou a vaga; passou a trabalhar com outras mulheres na triagem dos resíduos. Mesmo que no início a renda fosse baixa, ela se manteve na unidade. Hoje ela faz parte do grupo responsável pela administração do galpão, suas responsabilidades estão voltadas à área financeira. Pode-se perceber, ainda, que a mudança de moradia permitiu que Vanessa fosse se desprendendo das responsabilidades em relação à mãe e aos irmãos, possibilitando que construísse sua própria família. Ela casou-se em 2011 e em 2012 nasceu seu primeiro, até então o único.

No contexto da sua trajetória dentro da reciclagem, considero que ela realiza uma nova experiência na unidade de triagem: de trabalhadora informal a membro associada de uma organização reconhecida e fomentada pelas ações públicas. Isso significa dizer que ela passou a participar e colaborar para o processo de formalização

e profissionalização das atividades da unidade de triagem, beneficiando-se diretamente do reconhecimento e da legitimação social do seu trabalho, que agora, porém, extrapolavam os limites territoriais e simbólicos da vila. Devido à relação de convênio com a Prefeitura, Vanessa e os demais associados tiveram que rever seu processo de trabalho no intuito de torná-lo mais eficiente e rentável. Para tanto, passaram a ser acompanhados por engenheiros e outros especialistas, assim como a visitar cursos de qualificação. Começaram, inclusive, a participar de eventos de conscientização ambiental promovidos pelo município em diferentes pontos da cidade. Além dos eventos a céu aberto, ocorrem visitas de instituições sociais e escolas à unidade de triagem, bem como reportagens de veículos de comunicação da capital passaram a divulgar o trabalho dos associados.

Quando Vanessa fala hoje sobre a catação, ela diz ter orgulho de ter trabalhado e de trabalhar com reciclagem, como mostra a seguinte passagem:

[...] eu acho que se tocasse de vive esse momento de papel era eu queria viver de novo, sabe, não tenho vergonha, todo mundo, onde tu trabalha, trabalho num galpão de reciclagem, com muito orgulho, não tenho vergonha do meu serviço, ah vamos fazer uma gravação lá, vamos fazer, vamos mostrar, e não só eu, vamos mostra o galpão inteiro, vamos fazer, é todos, não é só eu [...] (Vanessa 2016).

Novamente encontra-se a dualidade orgulho-vergonha de trabalhar na reciclagem, aspecto bastante presente no discurso de catadores sobre o seu trabalho e abordado pela literatura em geral. No caso de Vanessa, pude observar que ela manifesta seu sentimento de orgulho em um contexto de valorização e legitimação da atividade.

Com base nas experiências de Vanessa realizadas na catação e com os sujeitos envolvidos nesse processo, bem como a forma como ela retrata hoje a atividade, concluo que Vanessa vê na catação, de maneira latente, uma *forma de reconhecimento social*. Pelo que tudo indica, a intensidade, a periodicidade e a presença

que a atividade tinha na antiga vila já lhe proporcionavam elementos suficientes para que pudesse encontrar na catação uma forma de reconhecimento social perante aqueles que a praticavam. Na unidade de triagem, esse reconhecimento parece ter extrapolado o grupo de catadores, estendendo-se à sociedade em geral. As experiências de aquisição e especialização de conhecimentos, bem como o reconhecimento do seu trabalho, podem ser vistas na trajetória de Vanessa como indicadores de um processo de profissionalização de sua atividade.

Se, por um lado, determinadas práticas e discursos de especialistas e grupos sociais estabelecidos podem ser gradativamente assumidos, por outro, a percepção habitual sobre o seu trabalho demonstra resistir. Vanessa não usa, por exemplo, a expressão "catação", e sim "puxar carrinho", assim como ela não fala "catador", e sim "papeleiro". Ela verbaliza ter sido através da catação que enfrentou e superou a extrema pobreza no meio familiar. Após anos de dedicação à mãe e aos irmãos, Vanessa reconhece a possibilidade de dedicar-se à construção de algo inteiramente seu. Família e trabalho são apresentados por ela como importantes elementos biográficos do presente, construídos no seu processo de socialização, atuando como importantes fontes de reconhecimento social, por isso parte integrante da própria identidade. No que tange à catação, Vanessa demonstra ter gozado de reconhecimento social durante todo o seu processo de socialização: na sua família, entre os catadores da vila e hoje na unidade de triagem – com a diferença de que, atualmente, a sua atividade dentro da cadeia da reciclagem mudou, assim como o reconhecimento pelo seu trabalho, que parece ter ultrapassado as paredes do galpão e os limites da localidade. Vanessa fala, portanto, tanto sobre a catação que realizava no passado quanto sobre o trabalho atual. É preciso considerar que a maneira como fala do passado está fortemente marcada pelo presente. Logo, a valorização da catação ocorre num contexto de trabalho bastante positivo, que somente de forma parcial possui uma correspondência com

a atividade realizada no passado.

4.3 Do consumo ao reconhecimento social: a importância dos grupos de catadores para a legitimação da catação

A partir dos casos biográficos analisados, destaco aquelas que considero as principais contribuições do estudo. As entrevistas ressaltam a importância social e econômica da catação para famílias em situação de extrema pobreza, especialmente quanto ao ingresso na atividade: as entrevistadas iniciaram nela ainda na infância, em contextos familiares nos quais não havia renda suficiente nem apoio estatal. Além disso, começaram a catar em uma região da cidade (zona leste) onde, na década de 1990, a prática da catação de rua e o trabalho em grupos de reciclagem já eram comuns.

A catação surgiu como forma de garantir alimentação, ganhando novos sentidos com o tempo. Aline começou a catar influenciada pela mãe; Vanessa, por outro lado, quando as opções familiares de sobrevivência se esgotaram. Em ambos os casos, a catação surgiu como alternativa em contextos de escassez. Ainda que tenham sentido vergonha em algum momento, o contato com outros catadores e a legitimação do grupo contribuíram para que permanecessem na atividade.

Assim como apontado na literatura, as falas das entrevistadas reproduzem discursos sociais dominantes sobre a catação, tanto positivos quanto negativos. Embora não utilizem termos políticos explícitos, procuram, ainda que de forma implícita, defender a atividade destacando seus benefícios sociais e econômicos. Vanessa expressa orgulho de atuar na reciclagem, mesmo considerando que seu trabalho atual difere da catação de rua. Ambas utilizam discursos distintos para defender e valorizar sua prática.

O significado da catação foi sendo construído e compartilhado pelas entrevistadas a partir da aceitação ou da rejeição de discursos em sua interação com pares ou com agentes externos. No caso de Aline, a percepção negativa inicial foi sendo revista diante de experiências positivas; a

mudança afetou não apenas a interpretação, mas também o modo como passou a atuar. Vanessa também apresenta mudanças de repertório, desenvolvendo a atividade de forma distinta conforme se insere em novos contextos, como a unidade de triagem na zona norte da cidade. Ao transformar seus discursos, os catadores influenciam a forma como a sociedade percebe a catação.

Vanessa sente que seu trabalho é mais reconhecido ao migrar da atuação familiar para uma organização profissional. Esse reconhecimento é reforçado por ações do poder público, ONGs e imprensa. A aproximação dos catadores de formas organizadas de trabalho, típicas da modernidade, contribui para sua legitimação social. Em outras palavras, práticas e discursos dominantes são incorporados, ainda que de forma implícita, por garantirem maior reconhecimento. No caso de Vanessa, trata-se de uma atuação especializada, mais legitimada socialmente.

Além do reconhecimento, Vanessa constrói uma trajetória profissional na reciclagem e uma identificação positiva com a atividade. É nesse tipo de atuação que se percebe a demanda pelo reconhecimento profissional do trabalho dos catadores (Oliveira 2010). Esse processo, no entanto, traz implicações como o fechamento social e a exclusão de catadores de rua, por atuarem mais informalmente (Michelotti 2006; Oliveira, 2010).

Embora o reconhecimento se manifeste mais fortemente em contextos organizados, os resultados mostram a importância das dinâmicas locais de valorização mútua; elas permitiram que as entrevistadas percebessem a reciclagem como meio de sobrevivência e transformassem suas percepções ao longo do tempo. No caso de Vanessa, a catação foi vivenciada como possibilidade de orgulho e realização pessoal, não apenas como fonte de renda. Isso foi possível graças ao apoio dos grupos. O reconhecimento não teve relevância apenas no trabalho, mas também nas relações familiares e comunitárias. Enquanto Vanessa se sente reconhecida e busca manter esse reconhecimento, Aline sofre com sua ausência, buscando afirmação em outros

espaços. O reconhecimento social, dentro e fora do grupo de catadores, mostrou-se central na forma como interpretam e legitimam a catação.

5 Contribuições da sociologia interpretativa para o tema da reciclagem – um balanço

A análise das trajetórias de Aline e Vanessa permitiu compreender como a catação é vivenciada e interpretada de formas distintas por catadores em situação de vulnerabilidade, revelando múltiplos sentidos atribuídos à atividade – ora como meio de sobrevivência e consumo, ora como fonte de reconhecimento social. Em ambos os casos, ficou evidente que a legitimação da catação não depende apenas da necessidade material, mas também da inserção dos sujeitos em redes de reconhecimento mútuo e da apropriação de discursos sociais que valorizam ou desvalorizam a atividade.

A partir do referencial da sociologia interpretativa, especialmente da pesquisa biográfica, foi possível captar os significados subjetivos da catação, reconstruindo os processos pelos quais os sujeitos atribuem sentido às suas experiências. Essa abordagem oferece uma contribuição relevante para os estudos sobre reciclagem, ao evidenciar os mecanismos simbólicos e sociais que sustentam a permanência dos catadores nesse mercado, e ao valorizar a perspectiva dos próprios atores na construção do conhecimento sociológico.

Bibliografia

- Baptista, Rozália del Gaudio S. 2003. *O trabalho reciclado: a institucionalização da atividade dos catadores de papel no Brasil como estratégia de legitimação e de inclusão social*. Mimeo.
- Benvindo, Aldo Zaiden. 2010. "A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social". Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília.
- Berger, Peter L., e Thomas Luckmann. 2014. *A construção social da realidade*. Vozes.
- Brasil. 2010. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. *Diário Oficial da União* 189 (3): 1-84.

Brasil. 2017. *Classificação Brasileira de Ocupações*. Ministério do Trabalho. <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf?sessionId=vJp-QL2sMRT17a4ux8T85NUPD.slave17:mte-cbo>.

Campani, Darci Barnech. 2016. "A política nacional de resíduos sólidos e a sustentabilidade de nossa sociedade". In *Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas interfaces com o espaço geográfico: entre conquistas e desafios*, organizado por Aurélio Bandeira Amaro e Roberto Verдум. Letral.

Castro, Eliana de Moura, e Marília Novais da Mata Machado. 2008. "O sentido do trabalho na trajetória de Carolina Maria de Jesus, trapeira e escritora". In *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais*, organizado por Valéria Heloísa Kemp e Helena Maria Tarchi Crivelloni. Autêntica.

Cempre. 2018. *Pesquisa Ciclossoft do compromisso empresarial para a reciclagem*. <http://cempre.org.br/ciclossoft/id/g>.

Costa, Cláudia Morais. 2008. "Reciclagem e cidadania: a trajetória de vida dos catadores de material reciclável da comunidade Reciclo". Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília.

Dias, Allan Rodrigues. 2002. "Condições de vida, trajetórias e modos de "estar" e "ser" catador: estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR)". Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.

Fischer, Wolfram. 1978. "Struktur und Funktion erzählter Lebensgeschichte". In *Soziologie des Lebenslaufs*, editado por Martin Kohli. Luchterhand.

Hillmann, Karl-Heinz. 2007. *Wörterbuch der Soziologie*. Krönerverlag.

Medeiros, Luiza Ferreira Rezende de, e Kátia Barbosa Macêdo. 2006. "Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?" *Psicologia & Sociedade* 18 (2): 62-71. <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/08.pdf>.

Michelotti, Fernando C. 2006. "Catadores de "lixo que não é mais lixo": um estudo da dimensão do reconhecimento social a partir de sua experiência de organização coletiva no Rio Grande do Sul". Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Miziara, Rosana. 2008. "Por uma história do lixo". *Interface* 3 (1).

Oliveira, Cristiano Benites. 2010. "A questão social da reciclagem: um estudo sobre reflexividade, desigualdade e articulação de redes sociopolíticas no Rio Grande do Sul". Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Pereira, Ana Carolina Lemos. 2010. "Os catadores de materiais recicláveis: trajetórias e travessias". Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista.

Porto Alegre. 2024. *Lei nº 14.142, de 19 de dezembro de 2024*. Altera o inc. II do caput do art. 3º da Lei nº 10.531, de 10 de setembro de 2008 – que institui, no Município de Porto Alegre, o Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana e dá outras providências –, ampliando o prazo para a proibição, em definitivo, da circulação no trânsito do Município de Porto Alegre até o dia 31 de dezembro de 2025, no caso de VTHs, prorrogável por mais 6 (seis) meses. https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/140176/Lei_14142.pdf.

Porto Alegre. 2014. *Lei complementar nº 728, de 8 de janeiro de 2014*. Institui o código municipal de limpeza Urbana, revoga as leis complementares nº 234, de 10 de outubro de 1990, 274, de 25 de março de 1992, 376, de 3 de junho de 1996, 377, de 3 de junho de 1996, 591, de 23 de abril de 2008, e 602, de 24 de Novembro de 2008, e dá outras providências. Sistema Integrado de Referência Legislativa. <http://leismunicipa.is/rmlht>.

Quadros, Waldir. 2003. Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990. *Economia e Sociedade* 12 (1): 109-35.

Rinaldi, Débora. 2018. "A interpretação da catação pelos catadores: um estudo biográfico". Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Rosenthal, Gabriele. 2014. *Pesquisa social interpretativa: uma introdução*. EdIPUCRS.

Schütz, Alfred. 2004. *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt: Eine Einleitung in die verstehende Soziologie*. Konstanz.

Schütze, Fritz. 1983. Biographieforschung und narratives Interview. *Neue Praxis. Kritische Zeitschrift für Sozialarbeit und Sozialpädagogik* 13 (3): 283-93.

Silva, Sandro Pereira. 2017. *A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária*. Ipea.

Silva, Sandro Pereira, Fernanda Lira Goes, e Albino Rodrigues Alvarez. 2013. *Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável: Brasil*. Ipea.

Débora Rinaldi

Doutora em Ciências Sociais pela PUCRS, mestre em Ciências Sociais pela PUCRS, graduada em Sociologia pela Universidade de Würzburg na Alemanha. Professora colaboradora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Endereço para correspondência

Avenida Guaporé, 58/302, Petrópolis, Porto Alegre.

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.